

A CONCEPÇÃO DE HOMEM E AS CRISES HISTÓRICAS EM JACOB BURCKHARDT: UMA REFLEXÃO¹

Lorena Luciana Brandão Costa
Graduanda em História pela UFOP
E-mail: lorenalbc@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é trabalhar com duas categorias que se fazem presentes na obra de Burckhardt: "Concepção de homem" e "Crises históricas". Primeiramente, o artigo indicará que a renúncia de Burckhardt à filosofia da história hegeliana o teria aproximado de uma antropologia. Logo em seguida, o artigo sugerirá que o historiador possui uma ideia de natureza humana para, por fim, tratar das crises históricas. A ideia do artigo é mobilizar esses dois aspectos presentes no trabalho do historiador, para, assim, facilitar o entendimento de qual é a crítica de Burckhardt à modernidade, especificamente ao século XIX.

Palavras-chave: Natureza Humana, Crises, Humanismo, Poder, Estado.

ABSTRACT

The aim of this paper is working with two categories which are present in Burckhardt's works: "Conception of man" and "Historical crisis". Firstly, the paper will indicate that Burckhardt's renunciation of Hegel's history philosophy would have brought him closer to the anthropology. Next, the paper will suggest that the historian has a sense of human nature; in the end, it will talk about the historical crises. The paper's idea is mobilizing these two aspects that are present in the historian's work and, thus, facilitate the understanding of Burckhardt's critics to the modernity, specifically to the 19th century.

Keywords: Human Nature, Crisis, Humanism, Power, State.

Duas grandes filosofias da modernidade: um breve histórico

O mundo moderno é marcado, dentre outras, por duas grandes filosofias: a filosofia da história e a antropologia filosófica. A primeira passou por processo de declínio, que favoreceu o florescimento do seu oposto, isto é, a antropologia.

A filosofia da história, segundo a formulação de Reinhart Koselleck em seu livro *Futuro Passado*, nasce no interior da *Sattelzeit*, em que o tempo é acelerado, devido às medidas que os homens desse tempo histórico intensificaram para que se pudesse alcançar o progresso tão aguardado, o que nunca foi concretizado. O filósofo alemão Odo Marquard (2000) concorda com a tese de Koselleck sobre o nascimento da filosofia

¹ Esse artigo é fruto do projeto de iniciação científica "Teodiceia e Concepção de Homem na 'A Cultura do Renascimento na Itália' e nas 'Reflexões Sobre a História' de Jacob Burckhardt". A pesquisa foi financiada pela FAPEMIG e orientada pelo professor Sérgio da Mata, do Departamento de História da UFOP. Agradeço ainda ao professor Cássio da Silva Fernandes pelo diálogo e reflexões tão importantes, que se fazem presentes nesse artigo.

da história, porém, ele aponta alguns problemas que ela traz consigo.

A filosofia da história, que trouxe a sensação de aceleração do tempo e de que tudo flui mais rápido, colocou em circulação a ideia de História Universal, que tem por característica reunir todas as histórias em uma única. A história única é aquela que prega o progresso do homem, o caminhar do pior para o melhor e que tem um fim único, que constitui a liberdade de todos. De acordo com Koselleck, fiel às teses de seu mestre Karl Löwith, a filosofia da história substitui a escatologia bíblica. Marquard, por sua vez, promove uma grande crítica à filosofia da história sobre como esta se relaciona com a tese de autonomia radical do ser humano.

Os filósofos Hegel, Kant, Fichte, Schleiermacher, Schelling, que faziam parte do chamado “idealismo alemão”, foram adeptos da tese da autonomia absoluta do homem, portador da absoluta razão e, por meio dela, tentaram resolver o problema da Teodiceia, que Santo Agostinho antes tentara resolver. A Teodiceia traz a seguinte pergunta: como Deus permite atrocidades no mundo se ele, Deus, é bom? Para “salvá-lo” e não atribuir os infortúnios do mundo a Deus, os filósofos do idealismo alemão retiram Deus da história e transferem ao homem toda a responsabilidade do mal existente no mundo. Agora, diz Marquard, já não é mais Deus quem dirige o mundo e sim o ser humano, que passa a ser o guia e ator do mundo, o sujeito da história, porém, isso acaba sendo uma tarefa muito árdua.

Mas as filosofias da história fracassaram pois, a tese de autonomia e a redução da história humana em uma única, que elimina a diversidade das características humanas, não se sustenta mais. O grande espetáculo dos projetos idealistas do século XIX se aproxima do fim. O declínio das filosofias da história, juntamente com o desmoronamento do idealismo alemão e com a perda de credibilidade da metafísica hegeliana, trouxe como consequência uma crise de identidade e uma busca por uma reorientação. A tentativa de reorientação se deu através da abertura de espaço para o florescimento da antropologia filosófica, que antes era ofuscada pela filosofia da história.

A ocupação principal da antropologia filosófica é se perguntar “o que é o homem”. Ela busca investigar qual é a natureza do homem. É importante ressaltar que até então a concepção de homem vinha das reflexões filosóficas da metafísica da escola tradicional. O homem era uma construção idealista e a sua atuação no mundo estava submetida ao espírito absoluto, porém, essa concepção de homem já não atende mais à nova realidade do século XIX – tempo histórico em que Jacob Burckhardt estava inserido. De acordo

com Odo Marquard (2007), o mundo da vida exigia uma teoria filosófica. A metafísica da escola tradicional e as ciências exatas da natureza não conseguiam mais proporcionar essa teoria, já que a ideia de espírito e do homem como animal *rationale* foram colocados em dúvida. A antropologia, mesmo que só plenamente fundamentada no século XX, se tornava necessária para pensar uma nova concepção de ser humano que abarcasse a concretude e a finitude da sua existência. O homem que ela buscava investigar era aquele que não tinha mais vontade de razão absoluta e sim vontade de instinto.

Segundo Gerhard Arlt, em sua obra *Antropologia Filosófica*, essa filosofia se move entre dois extremos: o da filosofia da natureza e o da filosofia da cultura. O homem está vinculado à natureza devido à sua herança corporal, mas é subtraído à natureza por que ele é um ser de espírito, da cultura e da história (ARLT, 2008, p. 24), ou seja, a reflexão em que a antropologia filosófica é pautada está além da estrutura biológica do ser humano. A análise da antropologia filosófica está centrada no ser humano e também em seu horizonte natural.

Kant, apesar de ter direcionado os seus estudos para o campo da ética e da epistemologia, foi um precursor ao pensar a antropologia como sendo o conhecimento do mundo, e não alcançada através de um pensamento puramente metafísico e nem mesmo pelo experimento cientificamente exato, mas através da experiência cotidiana. No entanto, a partir dos trabalhos tardios de Wilhelm Dilthey, contemporâneo de Jacob Burckhardt, formulações mais concretas abriram caminhos para a fundamentação da antropologia filosófica.

Para Dilthey, a busca do concreto e da finitude do homem estava vinculada à ideia de vida e vivência. A história tinha se libertado das concepções especulativo-idealistas e do ideal teleológico e, de acordo com Dilthey, o seu caminhar agora passara a ser determinado pela “vida”. Enquanto a vida humana cresce historicamente, cada vez mais na direção de formas e configurações culturais, ou seja, as objetivações dos homens, ela se faz referida a uma razão humana finita e não mais do espírito absoluto (ARLT, 2008, p. 47). Dilthey também alegou ser imutável a natureza humana – que é o ponto principal de oposição à filosofia da história. Sobre esse ponto, Arlt escreveu:

a definição diltheyana do ser humano é apenas um episódio passageiro: o que seja o ser humano, nós apenas sabemos a partir da história. Nós reconhecemos o ser humano primeiramente nas objetivações históricas, as quais são um

espelho dele mesmo e revelam o potencial de realização da vida, da vida humana. No entanto, por baixo da roupagem cultural – assim decide Dilthey – oculta-se “a uniformidade da natureza humana” (ALRT, 2008, p. 48).

A filosofia que acredita no caminhar do pior para o melhor, faz com que o homem negue algumas características do seu caráter humano em prol do feliz final da humanidade. Dessa forma, a natureza humana se tornaria mutável neste processo em que a sensação de um tempo acelerado e o conformismo nela é cada vez maior.

Para Wilhelm Dilthey, compreender o homem e a sua natureza imutável demanda observar e estudar as suas manifestações por meio da língua e na história. Através da natureza humana, para ele, considerando a realidade da irracionalidade dos sentimentos e dos instintos que os homens possuem, consegue-se compreender as formas culturais e as configurações históricas. Em suma, para Dilthey, a essência humana está subjacente a todos os fenômenos da cultura.

Renúncia à filosofia da história hegeliana

Jacob Burckhardt vivenciou de modo particular todo esse contexto histórico-filosófico. Esse debate se fez mais presente em sua vida quando o historiador partiu para Berlim. No entanto, antes de seguir para Berlim, ele estudou teologia na Basileia – território que se fechou em torno de um círculo humanista e carregou a tradição de um Estado pequeno e livre. Basileia era “orgulhosa de seu governo próprio e de seus cidadãos educados à sombra da religião e da cultura” (FERNANDES, 1998, p. 07). Foi nesse território que a ideia de tradição para o historiador se desenvolveu, e, de acordo com Fernandes, ao observar Basileia, enxergamos a figura de Burckhardt e todos os traços de seus escritos.

A família de Burckhardt se estabeleceu em Basileia no final do século XV e ocupou posições de liderança. O pai do historiador suíço estudou teologia e era pastor na Basileia. Como tradição, Burckhardt deveria seguir os mesmos passos do pai, e ele o fez; em parte. Dedicou uma parte da sua formação intelectual aos estudos da teologia. Assistiu às aulas de Wilhelm De Wette², um crítico da Bíblia. A fé de Burckhardt foi abalada e ele decidiu abandonar os estudos sobre teologia e seguir em viagem para Berlim, para dedicar-se ao estudo da história. Assistiu às aulas de Droysen, Ranke e

² Wilhelm De Wette era um teólogo protestante e Burckhardt acompanhou as suas aulas entre os anos de 1837-1838. A respeito de De Wette e da influência de sua obra, cf. o livro de Sérgio da Mata (2010, p. 50-51)

Franz Kugler. Alguns de seus mestres estavam envolvidos em debates que procuravam delimitar o campo da história que fosse desvinculado da filosofia. Essas discussões de cunho histórico-filosófico, de certa forma, influenciaram toda a sua produção histórica, que tendeu à renúncia da metafísica hegeliana. É correto afirmar que a participação do suíço nas aulas de Leopold von Ranke e Franz Kugler, professores que contribuíram para uma delimitação do campo historiográfico que não fosse ligado à filosofia hegeliana (principalmente Kugler, que foi uma das figuras importantes para emancipação da história da arte das manifestações do espírito absoluto), contribuíram para que ele rejeitasse as filosofias da história tão difundidas em sua época. No entanto, há outro ponto a ser destacado sobre a sua renúncia.

Quando ainda estava frequentando o curso de história na universidade de Berlim, ele escreveu, em 1842, as seguintes palavras ao seu amigo Willibald Beyschlag:

Por toda minha vida nunca pensei filosoficamente, e nunca tive um único pensamento que não fosse conectado com algo externo. Não posso fazer coisa alguma, a menos que tenha a contemplação como ponto de partida. E, é claro, incluo na contemplação histórica advinda da impressão que recebemos das nossas fontes. O que eu construo historicamente não é resultado de críticas e especulação, mas, ao contrário, da imaginação que preenche a lacuna da contemplação. (BURCKHARDT, 2003, p. 161)

No mesmo ano também escreve ao amigo filósofo Karl Fresenius em que revela querer se distanciar de filosofias desse tipo:

Um homem como eu, que é ao mesmo tempo incapaz de especular e que não se entrega a pensamentos abstratos nem por um minuto que seja durante um ano inteiro, age melhor se investigar e esclarecer as questões mais importantes de sua vida do modo que lhe for natural. Meu juiz é a *contemplação*, a cada dia mais clara e direcionada ao essencial. Por natureza, agarro-me ao concreto à natureza visível e à história (...). Veja você, eu respeito a cada época; ocorre que, em vez da especulação propriamente dita, procuro nos correlativos na história (...) (BURCKHARDT, 2003, p. 164)

A partir de suas correspondências, percebemos que além da influência de seus mestres, o seu olhar *contemplativo*³ frente às objetivações dos homens o fez recusar a validade das filosofias da história de seu tempo. Burckhardt de modo algum acreditava

³ *Contemplação* para Jacob Burckhardt é uma capacidade de sensibilização frente às construções humanas. De acordo com Cássio da Silva Fernandes (2005) a ideia de *contemplação*, para Burckhardt, nasceu da sua admiração e do desfrute da arte.

que observar de forma *a priori* ajudaria a compreender a atuação do homem na história, pois somente com a apreciação dos fatos junto ao confronto com o seu paralelo era possível perceber as ações dos homens no tempo. De acordo com ele, não fazia parte do papel do historiador sistematizar o universo das ideias, mas, a tarefa que deve ser cumprida é a de perseguir o concreto do homem na história (FERNANDES, 1998, p. 30). Ainda na mesma correspondência ao amigo Karl Fresenius, o suíço faz a seguinte declaração:

As especulações de outro homem jamais poderiam me satisfazer, e menos ainda me ajudar, mesmo se eu fosse capaz de adotá-las. Serei influenciado por elas assim como pelo espírito que prevalece no ar do século dezanove; talvez eu seja até mesmo inconscientemente guiado por certas tendências da filosofia moderna (BURCKHARDT, 2003, p. 164)

A partir desta citação, da investigação intensiva das correspondências, da obra “A Cultura do Renascimento na Itália” e das suas conferências reunidas no livro “Reflexões Sobre a História”, consideramos que em Burckhardt está subjacente uma antropologia para compreender o que é o homem, a atuação do homem na história e uma saída para se reorientar da dúvida que o declínio da filosofia da história trouxe consigo. Partimos para uma análise das fontes para tentar demonstrar que ali existem indícios de uma possível antropologia filosófica e que foi a partir dela que Burckhardt encontrou elementos para compreender o homem e o que ele faz da sua existência. A partir da sua formulação de concepção de homem, tentaremos demonstrar que ela está ligada às “Crises históricas”.

Sobre a natureza humana

No ano de 1852, Jacob Burckhardt partiu para uma viagem até Itália e lá, nas bibliotecas florentinas que frequentou, reuniu um grande material que deu origem ao seu principal livro *A cultura do Renascimento na Itália*. Essa obra tratou sobre uma época histórica única em que a potência “Cultura” teve um alto grau de florescimento e sobressaiu em relação às demais potências, a Religião e o Estado.

De acordo com a perspectiva de Jacob Burckhardt, existem três potências: o Estado, a religião e a cultura, e quando elas se relacionam entre si a história se move. Cada uma atua com o seu próprio caráter, “mas sempre na concomitância, em combate, em reciprocidade; nenhuma deixa de existir ou mesmo é suprimida em determinado

momento histórico” (FERNANDES, 1998, p. 93). A proposta de Burckhardt é apresentar o homem no interior da relação entre as três potências históricas. No Renascimento italiano, a cultura foi hegemônica momentaneamente e permitiu que a individualidade do homem e a sua personalidade se desenvolvessem no seu mais alto grau, possibilitando, assim, que a cultura fosse plenamente realizada.

O historiador destacou em seu estudo a descoberta da individualidade do homem. No Renascimento italiano, o ser humano possuiu o mais alto desenvolvimento individual e se reconheceu como indivíduo. Ao analisar o homem como consciente de sua individualidade e crer na centralidade humana em si, Burckhardt apresenta a sua visão humanista de mundo. Esse homem renascentista representa, para o historiador, a gênese do homem moderno. O conjunto da civilização do Renascimento, de acordo com ele, é a mãe do mundo moderno, que segue, ainda, influenciando-o. Os homens que fizeram parte do Renascimento puderam desenvolver todas as suas potencialidades de maneira livre.

A compreensão do Renascimento com ideia de individualismo possibilitou que Burckhardt unificasse a diversidade dos eventos sem descaracterizá-los (FERNANDES, 1998, p. 80). Ele também compreendeu que esse individualismo influenciou todos os setores da vida humana e moldou totalmente a construção das instituições.

Por detrás de toda sua *Kulturgeschichte*, existe uma análise sobre o que é o homem, sendo ele o próprio fenômeno da história. Jacob Burckhardt procurou compreender o ser humano, observando todos os seus impulsos e as suas paixões. Para isso, em sua obra, escolheu alguns personagens que refletiam todo o espírito de uma época histórica. Dentre eles, podemos destacar Ezzelino da Romano, Francesco Sforza, Bartolomeo Colleoni e Gattamelata. Burckhardt diagnosticou que esses homens, de alto desenvolvimento individual, eram portadores de um grande egoísmo, da prática da vingança, agiam por impulsos, por uma ambição e pela glória. A justiça poderia ser feita pelas próprias mãos desses indivíduos, toda crueldade e toda traição era permitida para se alcançar um fim. Um exemplo é a sua descrição de algumas medidas tomadas por Ezzelino da Romana para ascender ao trono por meio de massacres e de diversas crueldades. Alguns outros exemplos também são feitos sobre como era comum à prática de assassinatos para obtenção de herança e poder. De acordo com o historiador, “são esses, pois, traços marcantes de uma época de forças e paixões extraordinariamente exaltadas, mas desesperadas” (BURCKHARDT, 1990, p. 125).

Esse homem, do Renascimento Italiano, vê o Estado como palco dos acontecimentos. É nesse palco, descrito por Burckhardt, que aconteceram as tentativas de corrupção e de traições que formaram o cenário político italiano (BURCKHARDT, 1990, p. 113). Burckhardt analisou o Estado movendo-se a partir das metas que esses homens, apaixonados pelo poder, pela honra e pela glória individual, queriam alcançar e então sua configuração acabou adquirindo os próprios traços de quem tinha o seu domínio.

No seu trabalho, Burckhardt projetou as correntes preocupações do século XIX – época conflituosa e de instabilidade política. Burckhardt, ao pensar no desenvolvimento da individualidade do homem do Renascimento, que é primeira encarnação do homem moderno, enxergava-a como um problema político e acreditava que ela era intransigente e que carregava uma vontade de poder, expressa em uma superioridade inata e na procura cada vez maior por glória⁴.

Partindo da ideia de que nós, historiadores, vamos ao passado com os questionamentos do presente, faço referência à seguinte carta que Jacob Burckhardt escreveu em 1846 para H. Schauenburg, 14 anos antes da publicação original da “A Cultura do Renascimento na Itália”.

Aqueles que agora pulam à frente das cortinas, os poetas e pintores comunistas e seus similares são meros *Bajazzi*, que apenas preparam o público. Nenhum de vocês sabe ainda o que o povo é, e quão facilmente ele se transformará em uma horda de bárbaros. Você não sabe que tirania será exercida sobre o espírito, sob o pretexto de que a cultura é a aliada secreta do capital que deve ser destruído. Aqueles que esperam dirigir o movimento com a ajuda de sua filosofia, e mantê-los nos trilhos parecem-me completos idiotas. Eles são os *feuillants* do movimento que está por vir, e, assim como a Revolução Francesa, o movimento irá desenvolver-se como fenômeno natural, envolvendo tudo o que é abominável na natureza humana. (BURCKHARDT, 2003, p. 200)

Com base nos questionamentos do presente, Burckhardt faz um diagnóstico do Renascimento: de que existe uma natureza humana que é sempre a mesma. Por esta razão, em sua perspectiva, se torna a possibilidade de toda história. Ele percebeu que por trás desse fenômeno cultural, que é a formação do Estado, construído através da ilegitimidade, de um sistema de intrigas, violência e corrupções, está a essência humana. Para Jacob Burckhardt, o homem mostra o lado mais terrível e abominável de sua natureza quando está submetido à ambição pelo poder. A vontade de poder libera esse

⁴ Para maiores informações: DAVIES, Tonny. The invention of humanity. *Humanism*. New York: Routledge, 1997. p. 7-20.

lado obscuro da natureza humana, como no caso do Renascimento italiano, em que a busca de poder e a submissão ao poder configurou todo um Estado tirânico. Percebemos que Burckhardt pretende mostrar as fatalidades da história, através da observação de um *continuum* espiritual, em que o processo histórico não é só feito de bons momentos, mas também de sofrimentos e angústias que, por ironia, são causadas pelo próprio homem, pelo despertar cruel da sua natureza.

Jacob Burckhardt também trabalhou sobre essa questão do 'poder' em seu livro "Reflexões Sobre a História". Essa obra começou a ser escrita um pouco depois da guerra Franco-Prussiana, em 1871; a obra trata de uma reunião de anotações para uma série de conferências que foram chamadas de "Sobre o Estudo da História", ministradas por ele na Basileia, e que, após a sua morte, foram publicadas como "Considerações sobre a História Universal". Essas considerações apresentam as preocupações e receios de Burckhardt a respeito do século XIX.

A primeira consideração feita é de que ele não possui nenhuma intenção de fazer uma filosofia da história, sendo esta uma contradição de termos, diferente da história que coordena os elementos. De acordo com ele, a filosofia subordina os elementos a um princípio. Apesar de não se deter tanto às questões da filosofia, o historiador faz uma crítica a Hegel e a sua filosofia da história. Segundo Burckhardt, a filosofia hegeliana tentou elaborar um progresso mundial com um ponto de vista otimista, afirmando que a razão domina o universo. A partir desse pensamento, ele aponta que Hegel concluiu que a história universal teve o elemento racional como predominância, então, de maneira forçada, que o resultado da história universal seria o reconhecimento do processo de evolução do espírito, apresentando a afirmação de que o mundo inteiro seguiu esse percurso racional e também necessário. Consequentemente, toda essa evolução levaria à liberdade dos povos.

Para ele, toda essa interpretação de Hegel, de analisar de forma apriorística, da suposição de um futuro previamente conhecido e de uma história que conduz um processo evolutivo, são análises especulativas e errôneas. O ponto de partida de Burckhardt, para o estudo da história, está nada menos do que no homem. Segundo ele:

Nosso ponto de partida é constituído pelo único elemento *invariável*⁵ e que consideramos passível de ser analisado: o ser humano, com seu sofrimento,

⁵ Grifos meus.

suas ambições e as suas realizações, tal como ele é, sempre foi e será, daí podermos afirmar que nossas considerações serão, até certo ponto, patológicas (BURCKHARDT, 1961, p. 12).

Ao apontar que o ser humano é o único elemento invariável, o historiador nos confirma que ele recorre a uma antropologia para explicar o que é o homem, sendo este um ser que age movido por seus impulsos.

Ao dar continuidade às suas considerações, Burckhardt levanta pontos relevantes sobre elementos que devem fazer parte da análise do historiador, como, por exemplo, esforça-se para ser objetivo ao refletir sobre os fenômenos históricos, conhecer outros idiomas, pois assim temos acesso às fontes originais, considerar os monumentos artísticos como fonte de investigação para os tempos mais remotos e etc. No entanto, após esses apontamentos, o historiador afirma, mais uma vez, que existe uma natureza humana imutável.

Jacob Burckhardt discorre sobre as divergências entre natureza e história, em que cada uma obedece a sua lei. Segundo ele, a natureza exerce o seu papel ao buscar a perfeição do organismo, também cria organismos que combatam entre si, para que sejam inimigos. Para Burckhardt, o ser humano, em sua forma primitiva, pertenceu a essa categoria que o fez semelhante aos animais. Com o despertar da consciência, a história, então, tem o papel de romper com a natureza. Mas, de acordo com ele, o ser humano ainda continua próximo a essa herança.

O ser humano permanece sempre bastante próximo do elemento original para que possamos classificar na categoria de animais selvagens. Assim, o mais depurado refinamento da sociedade e do Estado coexistem com a mais total insegurança individual e com o *instinto constante do ser humano*⁶ de escravizar os seus semelhantes, a fim de não ser, ele próprio, escravizado por eles (BURCKHARDT, 1961, p. 32).

Burckhardt não acredita na mutabilidade da natureza humana, por isso, o homem se torna passível de ser analisado. Sendo assim, o único elemento que é mutável é a história. Para ele, “a essência da história é a sua eterna mutabilidade” (BURCKHARDT, 1961, p. 33), todavia com o homem, no mais fundo de si, não se dá o mesmo.

Em suas conferências, Burckhardt definiu e caracterizou as três potências que regem a história (Estado, Cultura e Religião). O Estado e a Religião são dois fatores que expressam as necessidades políticas e metafísicas dos homens, as duas potências exigem

⁶ Grifos meus.

uma aceitação universal e elas se impõem por meio da força. Já a cultura não é necessariamente universal e nem precisa se impor através da força, ela é dinâmica, livre e espontânea. A cultura corresponde às necessidades espirituais e também materiais que os seres humanos possuem. Para tornar a nossa compreensão mais inteligível, o historiador separou os três fatores, para assim apresentá-los.

A primeira (não necessariamente nessa ordem), a religião, apresenta sua grandeza quando contempla o sobrenatural do homem. De acordo com o Burckhardt, através da religião, o ser humano pode representar tudo o que ele não conseguiu e não pode dar a si mesmo. Um fato que torna decisiva a construção de uma religião é o sentimento que o homem possui a dependência de uma força superior. A religião é adotada, por uma parte da humanidade, porque o seu fundador ou o acontecimento atingiu o ponto máximo da sensibilidade dos seres. Burckhardt também diz que a massa adere a uma religião porque ela não conseguiu resistir ao seu fascínio. Os homens se mantêm fiéis a determinada religião até que uma outra, mais poderosa, surja e faça com que a antiga entre em abalo. A forma como os povos absorvem a Religião vai depender do desenvolvimento cultural de cada sociedade. Burckhardt também trabalha com a ideia de desintegração da Religião – ele oferece o exemplo das heresias que podem levar a potência a um declínio. Em citação, o historiador diz: “o surgimento de heresias é um indício de que a Religião predominante já não corresponde plenamente às necessidades metafísicas que determinam sua criação” (BURCKHARDT, 1961, p. 57). Mesmo com o surgimento das heresias, como processo de desintegração, ele deixa bem claro que o surgimento da nova religião não elimina a antiga, as duas podem existir juntas; uma delas só se extinguirá se o Estado intervier a favor de uma ou outra.

A outra potência trabalhada por Burckhardt é a Cultura. Ela é o fator dinâmico, um elemento vital e a essência da sociedade. A cultura é a materialização do espírito do povo. Diferente do Estado e da Religião, ela é espontânea e criativa, não precisa ser imposta por meio de uma obrigatoriedade, ela é a soma de todas as criações espontâneas (BURCKHARDT, 1961, p. 62). As duas outras potências podem se aproveitar e servir-se dela a seu favor. Dessa forma, limitam-na e utilizam-na para alcançar os seus objetivos. Burckhardt não procurou saber as origens da Cultura – essa tarefa segundo ele cabe aos filósofos. Ele entende que a cultura tem a sua afirmação, o seu apogeu e o seu declínio, apenas a tradição comum e coletiva conseguirá fazer com que a Cultura sobreviva. O ponto alto dela está presente no milagre do espírito, que são

as línguas. Os idiomas apresentam a expressão mais direta, total e específica do espírito dos povos (BURCKHARDT, 1961, p. 63). O apogeu da cultura só surge quando a língua ultrapassou o período de floração. Os fenômenos das artes (isso inclui as artes plásticas, a poesia e a música) são os mais extraordinários, sendo eles a indicação de que o homem despertou as suas mais elevadas energias.

A última potência é o Estado. Ao desenvolver suas considerações sobre esse elemento, novamente, Burckhardt diz que não se interessa pelos primórdios do Estado, essa questão é uma tarefa a ser cumprida pelos filósofos da história. Ele acredita que o Estado é imposto na forma da obrigatoriedade e que, conseqüentemente, essa formulação se opõe à tese de Rousseau sobre o “Contrato Social”. Segundo o historiador, é impossível que essa ideia faça surgir um estado criado por um contrato, pois os estados não são aceitos de forma livre. Se fossem aceitos livremente por todos, esses estados seriam frágeis “pois constantemente suas bases poderiam ser objetos de disputas” (BURCKHARDT, 1961, p. 36). Burckhardt fundamenta a ideia de que o princípio inicial de um Estado é a violência.

As reflexões sobre a questão do Estado foram mobilizadas pelas preocupações que Burckhardt possuía ao analisar o crescimento e a centralização do poder estatal de sua época. Ao caracterizar o Estado em suas palestras, o historiador aponta a existência de contraste entre os pequenos e os grandes.

Ao pensar o pequeno Estado, Burckhardt carrega para essa análise a influência e tradição de Basileia – lugar favorável para o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Para Burckhardt, o pequeno Estado é vantajoso, pois ele permite que maior parcela da população consiga exercer a sua cidadania plena. Os Estados pequenos conseguem possibilitar a presença de uma liberdade concreta, porém, eles são frágeis e facilmente absorvidos por Estados maiores. Estes limitam aos homens ao exercício de suas plenas potencialidades. Napoleão Bonaparte seria a expressão de um mal, com a sua política expansionista da conquista de territórios, para o aumento do seu poder e do poder do Estado. Essa vontade de poder, de querer cada vez mais, é um desejo que faz parte da natureza humana. Essa característica da natureza humana imutável estaria moldando um novo tipo de Estado, contrário ao pequeno e livre Estado da Basileia e também o que originou o Estado do Renascimento. Para Burckhardt, a ampliação do Estado moderno de sua época era um fator negativo.

Mas, em primeiro lugar, a nação quer o poder aparente e real. Envergonha-se de ter sido apenas um Estado pequeno, como se isso constituísse um escândalo, todas as atividades que mantenham o seu *statu quo* parecem já suficientes aos indivíduos ativos, todos querem pertencer a um grande Estado, revelando com isso que o poder constitui a meta primária e a Cultura, no melhor dos casos, um objetivo completamente acessório. Quer-se principalmente enaltecer o desejo de expansão territorial do país, em detrimento de outros povos e de seus interesses. (...) O poder central, afirma-se não pode nunca ser forte demais. De fato, a força, o poder, é maligna em si, não importa quem a utilize. O poder não deriva da tenacidade mais sim da ambição voraz e *eo ipso* ele é irrealizável, inacessível e consequentemente maldito em si e destinado a arrastar os outros ao infortúnio. (BURCKHARDT, 1961, p. 102)

Para o historiador, o exercício do poder e o aumento do poderio estatal, diagnosticados em sua época, estavam se tornando predominantes. Na lógica da interação entre os três fatores da história, a cultura estaria sendo cada vez mais oprimida e influenciada pelo Estado, que caminhava rumo à centralização e ao nacionalismo doentio.

As crises históricas

O conceito de crise e a modificação em sua utilização, durante os séculos, foi trabalhada por Reinhart Koselleck em um artigo nomeado *Krisis*. De acordo com Koselleck, o termo foi utilizado na antiguidade e abarcava as esferas da medicina, do direito e da teologia. Na camada do direito, o conceito adquiriu um sentido de “decisão”, ou seja, era uma decisão judicial. Depois, esse sentido de decisão foi estendido para designar decisões de guerra, governamentais e eleitorais.

A aplicação do conceito em termos médicos “refere-se tanto à condição observável e o julgamento (*judicium*) sobre o curso da doença” (KOSELLECK, 1999, p. 360)⁷. Através do conceito, era possível identificar o ponto inicial de uma doença. Já na teologia, o conceito aderiu ao significado em expectativas apocalípticas; segundo Koselleck, “a crise no fim do mundo irá revelar a verdadeira justiça” (idem, 1999, p. 359)⁸.

Nos séculos seguintes, o termo “crise” surgiu na França (século XIV) e sua designação pedia para o lado do termo médico. No XVI, já se pode verificar que o termo era aplicado nos idiomas inglês e alemão. Pode-se dizer que, a partir do século XVII na França, o termo passa a ser utilizado para indicar dificuldades econômicas, e só a partir do século seguinte o conceito se difunde na área da filosofia da história. Ao entrar no

⁷ Tradução realizada pela autora do artigo.

⁸ Idem.

campo da filosofia da história, na segunda metade do século XVIII, o conceito carregava uma conotação religiosa e se referia a decisões únicas e com caráter final. Logo depois da importantíssima decisão, que emanava um prognóstico para o futuro, tudo poderia ser diferente e melhor, então, para Koselleck, o conceito “crise”, nesse recorte temporal, generalizou a experiência moderna alemã (idem, 1991, p. 371).

No século XIX, período em que Burckhardt viveu, novamente esse conceito de multi-camadas indicou uma nova mudança de uso. Neste século, uma grande ilusão sobre o fim da era de revoluções foi construída, mas o efeito de transformações que se iniciaram na Revolução Francesa ainda seria experimentado. De acordo com Koselleck, “crise” passa a se referir a mudanças de longo prazo e a transição para uma nova ordem. O conceito, no período moderno do XIX, tornou-se abrangente e abraçou todas as esferas – era crise literária, da filosofia, crise do estado, teológica (KOSELLECK, 1999).

Jacob Burckhardt fez sua análise sobre a crise do século XIX e estabeleceu uma tipologia de crises que ocorreram durante a história para, assim, apontar quais seriam as semelhanças com a crise do seu presente. Burckhardt define uma crise como processos acelerados, que têm em comum a presença da natureza humana, trazendo uma mudança brusca no “fundamento político-social de uma nação”. Burckhardt, ao definir o que instaurava realmente as crises históricas, cita um exemplo de Roma, que, segundo o historiador, passou por pequenas revoluções e, apesar de sua crise na história ter sido inevitável, conseguiu evitar por muito tempo a verdadeira crise, definida por ele como a ascensão da massa ao poder. Nessa perspectiva, o historiador mobiliza o exemplo da Guerra das Duas Rosas, na Inglaterra, que não foi uma verdadeira crise na história porque ela não abalou o corpo político-social.

De acordo com o historiador, na cidade de Roma, o Estado sempre passou das mãos de um poderoso às mãos de outro, diferente de Atenas do século V a.C., em que a população da cidade sempre tentou “dominar a hegemonia ática, o que resultou na destruição total do Império e da cidade de Atenas” (BURCKHARDT, 1961, p. 170). Burckhardt analisou que em Roma ninguém da população visou alterar a forma do Império, apesar das pequenas crises (não em sentido amplo do termo) causadas pelas mortes dos imperadores Nero e Pertinax. A verdadeira crise histórica em Roma só aconteceu quando a cidade foi invadida por bárbaros, ocorrendo uma fusão de uma nova potência material com a antiga que transformou o Estado em Igreja (BURCKHARDT, 1961, p. 173). A partir da perspectiva de Burckhardt, as crises históricas, quando

acontecem, determinam uma verdadeira renovação da vida, abolem os antigos elementos e impõem novas forças vitais (BURCKHARDT, 1961, p. 169).

O historiador, no decorrer da sua análise das crises históricas, aponta a Guerra como manifestação de uma crise dos povos, não trazendo necessariamente uma renovação. Para ele, a guerra “faz parte da deplorável *condição humana*”⁹, porém, muitas teorias (como a de Heráclito que foi citada por Burckhardt) justificam elas como uma causa benéfica ou como algo divino, que purifica a atmosfera e restabelece as virtudes heróicas. Burckhardt revida esses tipos de teorias e afirma o contrário: “homens são homens, tanto na guerra como na paz e, tanto nesta como naquela, eles arrastam consigo a *miséria inerente à condição humana*”¹⁰ (BURCKHARDT, 1961, p. 168). Apesar dessa característica negativa da guerra, ela insere todos os indivíduos em prol de um único “objetivo momentâneo”, a de se unir para servir uma comunidade.

As crises históricas, na perspectiva de Jacob Burckhardt, necessitam de uma condição prévia para a sua eclosão. Segundo ele, para a deflagração da crise, necessita-se da existência de uma rede de comunicação que seja extensa, porém, também é necessário que seja difundido amplamente entre os indivíduos o modo de pensar “de uma mentalidade já originalmente semelhante” (BURCKHARDT, 1961, p. 175). Quando a mentalidade semelhante já é compartilhada por todos, a sua deflagração é amplamente rápida e pode acontecer em meses ou semanas. O historiador revela em um fragmento de sua reflexão: “Uma vez soada a hora da crise e havendo já material para sua explosão, o contágio se propaga com velocidade fulminante” (BURCKHARDT, 1961, p. 175). A revolução francesa, considerada como início da crise histórica da época contemporânea de Burckhardt, só conseguiu eclodir porque as comunicações da França já eram bem desenvolvidas e as pessoas cultas pensavam de maneira semelhante.

As crises trazem uma perturbação da ordem pública e no seu início há uma manifestação de dois lados, um lado negativo e o outro positivo. O primeiro lado a se manifestar é o negativo, que, segundo Burckhardt, é aquele em que ocorrem as acusações e os protestos que estão acumulados há muito tempo. Já o lado positivo, no início das crises, indica a presença de um espírito sublime, que faz um empréstimo do brilho e de um fervor para a comunidade que se move em prol de um ideal, que faz surgir um sentimento de esperança (BURCKHARDT, 1961, p. 176-77).

⁹ Grifos meus.

¹⁰ Idem.

Segundo Jacob Burckhardt, os líderes que iniciam as crises são descartados e substituídos por outros, que pedem “para si o direito de serem os verdadeiros representantes da crise” (BURCKHARDT, 1961, p. 181). Existem também forças que se opõem às crises, que de acordo com o historiador:

Trata das instituições que há muito tempo assumiram a forma de direitos reconhecidos por todos ou até mesmo passaram a representar o direito, delas dependendo os costumes e a cultura. Opõem-se às crises, portanto os indivíduos que representam tais instituições, que estão presos a elas pelo dever e pelas vantagens que essas instituições lhes trazem (BURCKHARDT, 1961, p. 183).

Então, Burckhardt compreende que essa crise traria uma disputa interna de instituições para o direito de representação. Extremamente ligada aos que se opõem às crises, está a presença da guerra e do militarismo, que, de acordo com o historiador, tem como objetivo “sufocar no interior do país as forças e os partidos que se opuseram às crises” (BURCKHARDT, 1961, p. 189). Em suma, todo tipo de revolução precisa que sejam formados exércitos, a fim de que os objetivos que se tinha no início das crises sejam alcançados.

Para encerrar a tipologia das crises históricas, ele reflete sobre o seu declínio. O historiador previu que há uma volta aos mesmos meios de poder que eram utilizadas no antigo regime. De acordo com Jacob Burckhardt, esse regime pertencerá às mãos das forças armadas e não das assembleias que foram recém-eleitas, que são de caráter moderado. O aspecto final das crises é a instalação de uma forma de poder despótica.

Considerações Finais

No ano de 1871, Jacob Burckhardt escreve as seguintes palavras ao seu amigo Von Preen:

O grande dano teve início no século passado, principalmente através de Rousseau, com sua doutrina da bondade da natureza humana¹¹. Com base nisso, os plebeus e as pessoas educadas destilaram a doutrina da idade do ouro que viria infalivelmente, desde que as pessoas fossem deixadas por sua conta. O resultado, como qualquer criança sabe, foi a completa desintegração da ideia de autoridade na cabeça dos mortais, e é claro que, em consequência, periodicamente somos vítimas do poder absoluto. Enquanto isso, a ideia da bondade natural do homem transformou-se, entre estrato inteligente da Europa, na ideia de progresso, isto é, fazer dinheiro e desfrutar de confortos modernos sem perturbação, com a filantropia para acalmar a consciência (BURCKHARDT, 2003, p. 279-280).

¹¹ Grifos meus.

Na correspondência, o historiador nos sugere que a atual crise foi moldada pela natureza humana. A Revolução Francesa, assim como o cesarismo napoleônico, possibilitaram ao Estado o acesso a um grande poder do qual ele não quis e nem quer mais abrir mão. Para Burckhardt, o espírito da modernidade nasceu nesse caos e trouxe uma grande agitação nacional que desencadeou uma série de guerras e revoluções, como, por exemplo, as guerras de 1812 e 1815, revolução de 1848 e a guerra austro-prussiana de 1866. O poder do Estado sobre o indivíduo nunca é satisfeito e, a partir da perspectiva de Burckhardt, se um regime democrático fosse adotado, ele colocaria todos os indivíduos iguais perante a lei e anularia as divisões existentes entre o Estado e a sociedade.

De acordo com o historiador, o grande erro foi cometido na Revolução Francesa, em que foi dado ao povo o direito de soberania. Burckhardt foi contrário a essa ideia, pois, para ele, qualquer forma de representação democrática resultaria em uma tirania. Em sua perspectiva, ninguém garante que o representante não se faria supremo sob os demais representados, já que a sua análise sobre o homem o “classificou” como um ser de natureza própria e imutável. O poder que é oferecido a ele e a soberania que lhe é dada desperta os seus impulsos mais cruéis. O lado cruel na natureza do homem levou o século XIX à intensificação de uma era de revoluções – que já tinham sido iniciadas no século XVIII, - e à busca do aumento do poder.

Para Burckhardt a Revolução Francesa abriu uma série de crises que levaram a uma desintegração da tradição. Os indivíduos não estariam mais interessados em realizar os processos de recordação e dos esforços da tradição da cultura, e, sim, importavam-se mais com as questões materiais. Com as modificações trazidas pela Revolução, os seres humanos passaram a viver em função da atividade econômica e da elevação dos interesses pessoais, de uma forma utilitária. O Estado, em sua perspectiva, estaria cada vez mais interessado no crescimento do seu poder e da sua influência na vida social dos homens, o que fez Burckhardt prever o desenvolvimento do Estado totalitário. Para ele, o Estado, e também a Religião, são potências repressoras e massificadoras, que impediram o desenvolvimento das individualidades; sendo assim, a massificação poderia ser o grande mal da modernidade, já que o homem estava perdendo a sua liberdade individual.

Burckhardt critica a instalação do novo tipo de Estado, extremamente centralizado e de alto cunho nacionalista, repressor da Cultura – esse Estado se opunha

à tradicional cidade da Basileia e também ao Renascimento, época que surgiu de um pequeno Estado. Para ele, essa situação indicava a desintegração da Cultura europeia, era a ruptura com a tradição e com o *continuum* espiritual. A grande crise não residiria apenas na ascensão da massa ao poder, mas no fato de que as pessoas estariam levando uma vida utilitária, conduzida por interesses materiais. O lado estético, de tradição e de preservação da cultura, através da recordação do passado, estaria deixada cada vez mais de lado. Dessa forma, o diagnóstico do presente, feito por Burckhardt, seria o declínio da Cultura Europeia e a ascensão de um despotismo.

Recebido em: 05/04/2013

Aceito em: 09/08/2013

REFERÊNCIAS

- ARLT, Gerhard. *Antropologia Filosófica*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cartas*. Alexander Dru (ed.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- _____. *Reflexões sobre a História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- FERNANDES, Cássio da Silva. *O jovem Burckhardt e a Civilização do Renascimento na Itália*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. Jacob Burckhardt: a aula inaugural de história da arte na universidade da Basileia (1874). In: *Anais: III Fórum de Pesquisa Científica em Arte*, Curitiba, 2005.
- FLAIG, Egon. Philosophy of History and Theory of Historiography in Jacob Burckhardt. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The Discovery of Historicity in German Idealism and Historism*. Berlin: Springer, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Crisis. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, N.2 (Apr., 2006), pp. 357-400.
- LÖWITH, Karl. Burckhardt. In: _____. *El Sentido de La Historia: implicaciones teológicas de la filosofía de la historia*. Madrid (Espanha): Aguilar, 1968.
- MARQUARD, Odo. Historia universal e historia multiversal. In: _____. *Apología de lo contingente*. Valencia: El Magnànim, 2000.
- _____. *Las dificultades con la filosofía de la historia*. Valencia: Pre-Textos, 2007.
- MATA, Sérgio da. *História & religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.